

O MNMMR: alguns desafios

Sérgio Haddad

Algumas palavras, apenas algumas na tentativa de buscar pistas que possam nos auxiliar na identificação dos desafios postos ao MNMMR nesta conjuntura.

A primeira, e talvez a mais dolorosa, é a clareza de que o movimento trabalha em uma situação de injustiça social que pouco se apresenta como passível de superação no atual quadro conjuntural de agravamento das condições de vida da maioria da população.

Se é verdade que nos últimos anos houve um crescente reconhecimento formal dos direitos das crianças e dos adolescentes, traduzidos em uma legislação protetora como jamais anteriormente havia ocorrido, a sua transformação em direitos reais ainda se encontra muito distante. Isto não se dá apenas por falta de vontade política para sua implantação, o que é real e lamentável. Se dá também pelo agravamento das condições de vida da maioria da população nestes últimos dez anos, o que acaba por prolongar ainda por muito tempo uma situação de pobreza que é limitadora da realização destas conquistas legais.

O movimento, desta forma, se encontra na permanente situação limite de trabalhar contra a maré. Por um lado, contribuindo com um atendimento que minore as difíceis condições de vida da população, por outro, procurando mudar as causas daquilo que produz tais condições. A conjuntura agrava estes dois pólos, pois quanto maior a miséria maiores as dificuldades de atingir estes objetivos.

Um segundo desafio posto ao movimento diz respeito ao papel social dos militantes/educadores, ao mesmo tempo dos meninos/as. Como superar os desafios da conjuntura, considerando os sujeitos diretos do movimento: de um lado os educadores e de outro os educandos? Que prioridades estabelecer?

Sabemos que o movimento fez e vem fazendo um esforço enorme na conquista de direitos. Mas o fez com prejuízos em outras áreas de atendimento e organização. Destacou seus quadros na luta por institucionalização e reconhecimentos formais. Vem procurando amadurecer e encontrar caminhos em uma conjuntura onde os papéis sociais se confundem. Hoje, as certezas são poucas, as estratégias de transformação social são questionadas e o destino de movimentos como este não está dado, há que se construir.

E como construir tais caminhos, mesmo que as certezas se apresentem? Com que modelo de intervenção? O movimento se institucionalizou. Assim deveria ser por contingência da

necessidade de intervenção no plano nacional e local. Por necessidades impostas pela conjuntura. Ao mesmo tempo, tal institucionalização trouxe necessidades e desdobramentos de ordem burocrática, bem como questões sobre organização e gestão. Como equilibrar tais necessidades de institucionalização com o trabalho de base, com o sentido de movimento?

É preciso enxergar no Estado um distribuidor de riquezas através de políticas sociais que ampliem a cidadania e não apenas compensem os aspectos mais imediatos da miséria social. Entretanto, enquanto essas políticas sociais não se efetivam, é necessário muita sabedoria para trabalhar com programas compensatórios de horizonte limitado sem perder nem a dignidade nem a perspectiva política. Mais do que isto, é preciso mudar a política econômica. Crescimento econômico, melhor distribuição de renda, mais emprego e mais salário são antídotos para a marginalização com a qual hoje nos defrontamos em todos os setores sociais do país.

Um outro desafio é o de produzir indignação com proposição, com positividade. Superar os desafios de mostrar ao mesmo tempo um movimento que trabalha com a pobreza desta sociedade e a riqueza humana de ser menino ou menina na vida; mostrar a injustiça produzida por um sistema que exclui uma maioria de brasileiros e a dignidade de poder viver na esperança, apesar de tudo; superar os desafios de denunciar a falta da infância ao mesmo tempo enxergar o olhar infantil que há em cada um dos meninos e meninas.

A cidadania por que todos nós lutamos há que ser qualificada. Temos que produzir o discurso da incorporação de amplas parcelas da nossa sociedade, garantindo a diversidade, garantindo as diferenças culturais, étnicas, de gênero, de gerações. Qual o papel então deste grupo social com o qual nós trabalhamos? O que significa incorporá-los como cidadãos? Seria transformá-los em produtores? transformá-los em consumidores? Que modelo de sociedade pensamos em construir com a presença destes meninos? Será que precisamos descaracterizá-los como meninos e meninas que são, para garantir seus direitos de cidadãos?

No fundo, nossa questão é a de avançar na democratização e conquista dos direitos sociais básicos; garantir as possibilidades de usufruí-los, cobrando do Estado a sua aplicação e construindo uma sociedade mais justa na democratização dos seus bens, portanto, transformando direitos formais em direitos reais; finalmente, transformar direitos formais em direitos substantivos, buscando uma cidadania exercida pelo direito da diferenciação da sociedade civil, onde os meninos possam ser cidadãos sem que tenham que perder sua identidade de meninos/as no mundo.